

Os vales do museu contam a história: a emissão de dinheiro de emergência na Colônia Dona Francisca do século XIX

Museum paper money tell history: emergency money issue in Colônia Dona Francisca of the 19th century

Los papel-moneda del museo cuentan la historia: emisión de dinero de emergencia en Colonia Dona Francisca del siglo XIX

Nicolas Marcos¹

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes²

Recebido em: 7/8/2019

Aceito para publicação em: 22/1/2020

¹Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille) e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS) da mesma universidade. Bolsista Capes/Univille.

²Doutora em História e pós-doutora em Museologia. Professora do PPGPCS da Univille, orientadora.

Resumo: O Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville (MNIC), criado no ano de 1957, está localizado no centro da cidade em um edifício construído em 1870 e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1939. É um dos museus mais visitados de Santa Catarina e conta com um acervo de mais de sete mil peças, entre elas um conjunto de vales produzidos na própria cidade no fim do século XIX. Essa coleção é desconhecida pelo público e ainda não foi pesquisada. Assim, o objetivo deste trabalho é entender a função social do acervo de numismática do MNIC, por meio de sua relação com a história de criação do museu. A metodologia de trabalho, que está em desenvolvimento, consiste na revisão de literatura acerca da história do MNIC, bem como na investigação dos processos de musealização exercidos para a formação da coleção de vales. Trabalho interdisciplinar, essa discussão enquadra-se numa problemática maior que insere a importância do estudo dos acervos dos museus que compõem o patrimônio cultural brasileiro. A análise inicial aponta para uma ligação estreita da coleção de numismática com o propósito inicial do MNIC, que foi de preservar a memória do período colonizador de Joinville e das pessoas diretamente envolvidas em tal fase. Essa constatação está fundamentada em algumas características do acervo de vales, principalmente as assinaturas de personagens conhecidas e destacadas pela história oficial da cidade. Dessa forma, o museu e seu acervo de numismática refletem uma memória pautada pela história das personalidades importantes de Joinville, cuja função simbólica busca desenvolver uma representação sobre a história do município e uma visão própria da identidade joinvilense.

Palavras-chave: museu; acervo; numismática.

Abstract: The National Museum of Immigration and Colonization (MNIC), in Joinville, created in 1957, is located in the city downtown in a building from 1870, listed by the National Institute of Historical and Artistic Heritage in 1939. It is one of the most visited museums in Santa Catarina and has a collection of more than 7,000 pieces. Among them, there is a set of coupons produced in the city at the end of the 19th century. This collection is unknown by the public and not yet researched. Therefore, the objective of this paper is to understand the social function of the MNIC numismatics collection, through its relation to the creation of the museum. The methodology consists of a literature review about the history of the MNIC, as well as the investigation of the musealization processes exerted for the formation of the coupons collection. This interdisciplinary discussion fits into a larger problem that inserts the importance of studying the collections of museums that make up the Brazilian cultural heritage. The initial analysis points to a close link between the numismatics collection and the initial MNIC's purpose, which was to preserve the memory of the Joinville colonizing period and the people directly involved in this phase. This finding is based on some features of the collection, especially on well-known people's signatures, and highlighted by the city's official history. Thus, the museum and its numismatic collection reflect a memory based on the history of important personalities of the city, whose symbolic function seeks to develop a representation about the history of the municipality and its own vision of Joinville identity.

Resumen: El Museo Nacional de Inmigración y Colonización de Joinville (MNIC), creado en 1957, está ubicado en el centro de la ciudad en un edificio construido en 1870 y fue catalogado por el Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional en

1939. Es uno de los museos más visitados de Santa Catarina y tiene una colección de más de siete mil piezas, entre ellas, un conjunto de vales producidos en la propia ciudad a fines del siglo XIX. Esa colección es desconocida para el público y aún no ha sido investigada. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es comprender la función social de la colección Numismática del MNIC, por medio de su relación con la historia de la creación del museo. La metodología de trabajo, aún en desarrollo, consiste en una revisión de la literatura sobre la historia del MNIC, así como la investigación de los procesos de musealización ejercidos para la formación de la colección de vales. Trabajo interdisciplinario, esa discusión encaja en un problema mayor que inserta la importancia de estudiar las colecciones de museos que conforman el patrimonio cultural brasileño. El análisis inicial apunta a un vínculo cercano entre la colección Numismática y el propósito inicial del MNIC, que era preservar la memoria del período de colonización de Joinville y las personas directamente involucradas en esa fase. Ese hallazgo es basado en algunas características de la colección de vales, especialmente las firmas de personajes conocidas y destacadas por la historia oficial de la ciudad. Así, el museo y su colección Numismática reflejan una memoria basada en la historia de importantes personalidades de la ciudad, cuya función simbólica busca desarrollar una representación sobre la historia del municipio y una visión adecuada de la identidad de Joinville.

Palabras clave: museo; colección; numismática.

INTRODUÇÃO

Localizada no nordeste do estado de Santa Catarina, Região Sul do Brasil, as terras onde mais tarde se fundou a Colônia Dona Francisca foram habitadas, inicialmente, por povos sambaquianos, cujos registros datam de mais de 5 mil anos, e em seguida por indígenas tupis-guaranis. A colonização portuguesa do Brasil, iniciada no século XVI, promoveu o fluxo de portugueses para o território americano, proporcionando já no século XVII a ocupação da região, com a fundação do povoado que atualmente corresponde ao município de São Francisco do Sul. Durante todo o período colonial e as primeiras décadas do Império do Brasil, o território onde a cidade de Joinville se encontra era anteriormente da jurisdição de São Francisco do Sul e ocupado por donos de sesmarias, bem como pela população negra escravizada por esses indivíduos. Apenas na metade do século XIX, com os movimentos imigratórios de colonização, chegaram alemães e suíços (CUNHA, 2003; FICKER, 2008).

A Colônia Dona Francisca surgiu como fruto dos esforços do Estado Imperial brasileiro em dinamizar a mão de obra e o regime de propriedade em vazios demográficos do país, por intermédio de parcerias com capitalistas europeus (CUNHA, 2003; SEYFERTH, 1988). No acordo firmado entre Christian Matthias Schröder, mentor da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, e Léonce Aubé, representante do Príncipe de Joinville, foram negociadas terras dotais localizadas no nordeste da província de Santa Catarina, recebidas pelo casamento do príncipe francês com a princesa brasileira Dona Francisca, filha de D. Pedro I. Em contrapartida, Schröder garantia a ocupação do espaço com 4 mil imigrantes no prazo de dez anos, assegurando-lhes toda a estrutura necessária (FICKER, 2008). Portanto, como é possível perceber, o contrato delimitava uma certa autonomia do empreendimento colonial.

Estabelecida como colônia agrícola, Dona Francisca teve a pequena produção baseada na policultura de subsistência como motor econômico, a qual por sua vez gerou pequenos empreendimentos que garantiam a subsistência das famílias e insumos para o comércio local (FICKER, 2008). Muitos dos primeiros imigrantes eram colonos provenientes do campo;

dessa forma as dificuldades impostas pelo início do núcleo colonial contribuíram para a manutenção de uma pirâmide social desigual, já que esses indivíduos não contavam com capital para investir em suas terras (CUNHA, 2003). Nesse sentido, para poder angariar recursos ao seu sustento, os colonos ofertavam sua força de trabalho aos membros mais ricos da colônia.

O porto da cidade vizinha de São Francisco do Sul fora, durante muito tempo, o meio de interconexão da colônia com o restante do mundo. Assim, a precariedade da infraestrutura da região provocava altos custos para os produtores rurais que desejavam exportar sua produção. Para auxiliar no escoamento desse excedente existiam os “vendeiros”, indivíduos que possuíam uma casa comercial no centro da colônia (CUNHA, 2003; ROCHA, 1997).

Normalmente os produtores rurais vendiam sua produção ao comerciante, que por sua vez encaminhava a mercadoria para São Francisco do Sul. Outra prática existente era o escambo, em que o excedente era trocado por materiais ofertados pelo negociante, como sal, tecidos, louças, ferramentas e utensílios domésticos (CUNHA, 2003; ROCHA, 1997). A partir do controle sobre a circulação de mercadorias os comerciantes passaram a acumular a maior parte do excedente econômico da região. Por conta dessa posição, tais indivíduos asseguravam a distribuição e o preço das mercadorias e contavam com a anuência das autoridades (ROCHA, 1997). Essa dinâmica estabelecida em Dona Francisca manteve os colonos sob uma relação de dependência dos comerciantes desde o início da colônia até o fim do século XIX (CUNHA, 2003).

A história da colonização é retratada pelo Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville (MNIC), criado no ano de 1957 e localizado no centro da cidade. É um dos museus mais visitados do estado e possui um acervo de mais de sete mil peças (MNIC, 2012). Sua coleção de numismática contempla um conjunto de vales produzidos na própria cidade no fim do século XIX, desconhecida pelo público e ainda não pesquisada. Neste artigo utilizamos o acervo de numismática do MNIC para investigar a emissão de dinheiro de emergência na cidade durante a segunda metade do século XIX.

DINHEIRO DE EMERGÊNCIA

Formada inicialmente por imigrantes europeus, a Colônia Dona Francisca, que em 1858 fora elevada à posição do município de Joinville, respondia às leis do Império do Brasil (CUNHA, 2003; FAUSTO, 2006). Vigente desde o período colonial brasileiro, a política monetária era regida pelo padrão Réis, que se estabelecia sob a lógica da moeda metálica, ou seja, em um sistema baseado no valor do metal utilizado na sua fabricação e que atestava o poder de compra de cada numerário (ANDRADE, 1995; SILVA JUNIOR, 2008).

A presença de moedas pertencentes a diferentes reformas monetárias proporcionava um cenário caótico para a utilização do dinheiro. Dessa forma, como medida para a dinamização da economia monetária do Império foram emitidas cédulas cuja circulação visava aumentar a quantidade de dinheiro em fluxo e minimizar as dificuldades de comunicação e circulação entre os centros urbanos do país (ANDRADE, 1995; SILVA JUNIOR, 2008).

Nesse mesmo cenário, a cidade contava com a circulação de moedas estrangeiras, especialmente o táler, moeda trazida pelos imigrantes (FICKER, 2008). Porém, por não ter valor oficial, já que não compunha o sistema monetário brasileiro, o táler possuía circulação limitada, ao passo que sua utilização foi continuamente diminuída a partir da chegada dos Réis, além de dividir espaço com as práticas de escambo.

Os numerários do Império adentravam a região, em parte, por meio das subvenções enviadas pela Corte aos diretores da Sociedade Colonizadora. Tais provisões faziam parte do acordo firmado com o Estado Imperial e tinham por objetivo financiar obras públicas. Entre os empreendimentos que receberam essas remessas se destaca a construção da Estrada Dona Francisca (FICKER, 2008).

As remessas chegavam via governo provincial, que por sua vez as enviava para São Francisco do Sul. Moedas de valores faciais menores, normalmente cunhadas em cobre, chegavam em sacos lacrados. Entretanto, ao se abrirem os pacotes, verificava-se a ilegitimidade de alguns dos numerários, já havia muito tempo circulantes, cujo desgaste impossibilitava o seu valor de troca. Restava ao tesoureiro da Sociedade Colonizadora, Ottokar Dörffel, registrar as perdas e não utilizar tais moedas (FICKER, 2008).

As dificuldades para obter meios de pagamento viáveis, além de promover perdas econômicas, também traziam adversidades para a realização de serviços e para as compras cotidianas feitas pelos colonos. Essa situação causava desagrado na comunidade e fora manifestada por Léonce Aubé à presidência da província de Santa Catarina em 1858, citada por Ficker (2008, p. 180):

Devo observar à V. Excia. que por falta de dinheiro miúdo, custa muito trocar notas de 50 e de 100 mil réis e que he inteiramente!! [sic] impossível de trocar as notas de 500 mil réis mandadas por V. Excia. Por isso estava a cada instante na obrigação de ir, ou mandar à Cidade de S. Francisco e he com muita dificuldade que se pode trocar uma nota em cada viagem.

Além das subvenções em moeda ilegível, as dificuldades também se encontravam no valor facial dos numerários enviados pela Corte. Cédulas nos valores de 50, 100 e 500 mil-réis atingiam fraca circulação na economia da região, cujas operações cotidianas se realizavam com numerários entre 100 e 500 réis. A falta de moeda fracionada também prejudicava o troco do comércio e restringia o seu desenvolvimento, o que requisitava o desenvolvimento de estratégias para as trocas comerciais:

A Intendência encarregou o seu Presidente para providenciar a respeito da calamidade, resultante da falta de moeda miúda, pelo que se acha prejudicado em alto grão o commercio e a povoação em geral d'este Município (EXTRATO..., 1892).

A citação anterior é um trecho do extrato da ata da sessão extraordinária realizada pela Intendência Municipal de Joinville em 18 de janeiro de 1892, publicada no jornal *Kolonie-Zeitung*. Entre a correspondência de Aubé e o extrato da ata se passaram 34 anos. Dessa forma, podemos perceber que a economia de Joinville foi organizada sob uma lógica desprovida de fluxo monetário saudável. De igual maneira, o isolamento e a autonomia da região possibilitaram um ambiente propício para o desenvolvimento de diferentes estratégias que suprissem a ausência de moedas e mantivessem as atividades do comércio.

As primeiras tentativas de controle partiram da direção da colônia, por meio das correspondências com os poderes provinciais, do manejo das moedas ilegíveis e pela troca de espécimes de alto valor facial por numerários menores. Porém a situação se manteve problemática e novas possibilidades precisaram ser encontradas. Para tanto, foram emitidos títulos emergenciais, provavelmente geridos pela autoridade da direção da colônia, como o vale apresentado na figura 1.

Figura 1 – Dinheiro emergencial uniface no valor de 100 réis assinado por Ottokar Dörffel. Sem data



Fonte: FÁBRICA... (2016)

O exemplar presente na figura 1, feito à mão, fora emitido em papel cartonado no valor de 100 réis e possui os dizeres “Gut für”, cuja tradução livre significa “Bom para”. Sua legitimidade é garantida pela assinatura de Ottokar Dörffel, localizada na base da imagem. De acordo com Ficker (2008), Ottokar chegou à região no ano de 1854 a bordo do veleiro Florentin. Era burgomestre em Glauchau, na Saxônia, e estava em fuga para o Brasil, em decorrência de desavenças políticas em sua cidade natal. Sua antiga posição e formação em Direito lhe permitiram pertencer a um grupo de grande força política entre os habitantes. Assim, assumiu a posição de tesoureiro da direção da colônia e foi fundador do jornal *Kolonie-Zeitung*. Seu prestígio social lhe conferia capital político suficiente para administrar, o que supomos ser, os mais antigos exemplares de dinheiro emergencial de que se tem registro.

Os colonos, entretanto, trabalhavam suas estratégias de sobrevivência para além do suporte das autoridades competentes. Destacamos novamente o escambo, que garantiu a ascensão da classe dos comerciantes na estrutura social. O controle do fluxo comercial da região permitiu-lhes acumular capital econômico que, por sua vez, se estabeleceu também como capital político. Desse modo, assumiram posições de poder na sociedade, ao fornecerem crédito aos colonos por meio de vales, cuja popularidade também lhes conferiu *status* de dinheiro emergencial (CUNHA, 2003).

Os vales emitidos pelos comerciantes, em geral, possuem características parecidas ao numerário assinado por Ottokar Dörffel. Eram utilizados como troco para atividades cotidianas, e sua composição é em papel, porém confeccionados em impressão tipográfica, que apresentava seu valor de troca, entre 100 e 500 réis, bem como o nome do comerciante e elementos estéticos em certa padronização.

Figura 2 – Título de crédito uniface no valor de 180 réis emitido por Peter Mayerle. Sem data



Fonte: FÁBRICA... (2016)

O exemplar presente na figura 2, no valor de 180 réis, tem sua legitimidade garantida pelo nome de Peter Mayerle. A família Mayerle estava associada à produção e venda de bebidas (SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE, 1951). A ausência de numerários de menor valor, utilizados nas pequenas operações comerciais, provocara sua emissão por proprietários de comércios ligados a tais áreas.

Situadas no centro da cidade, as casas comerciais estabeleceram-se como locais de sociabilidade. Ao se deslocar até o comércio para vender a produção, o colono usufruía do ambiente e desenvolvia uma relação íntima com os comerciantes, o que lhes conferia uma posição de confiança na comunidade (PAVANELLO, 2012). Muitos desses comércios estavam vinculados diretamente ao nome de seus donos, e isso lhes permitia assumir a posição de credores e vincular os vales diretamente aos seus nomes.

O fim do regime da escravidão negra em 1888 dinamizou a economia brasileira e a inseriu na lógica do trabalho assalariado. A política de incentivos ao ingresso de imigrantes consolidou-se e também houve a abertura de negócios. Dessa forma, a quantidade de moeda circulante demonstrava-se insuficiente para a realidade do país (FAUSTO, 2006). Em 24 de novembro de 1888 foi assinado o Decreto n.º 3.403, que permitia às companhias anônimas emitir bilhetes ao portador convertíveis em moeda corrente (BRASIL, 1888). O Decreto n.º 165, de 17 de janeiro de 1890, já no período republicano, repassou a emissão das companhias anônimas para os bancos, orientados sob divisão geográfica e capital lastreado a partir de apólices da dívida pública (BRASIL, 1890). As medidas tinham como base o aumento da oferta de moeda e do crédito, porém em 1891 o custo de vida aumentou e diversos estabelecimentos faliram. Tais medidas receberam popularmente o nome de encilhamento, por associarem-nas à disputa especulativa das corridas de cavalos (FAUSTO, 2006).

Em Joinville, habituada desde os tempos da colônia às emissões emergenciais, os decretos e políticas do encilhamento promoveram uma avalanche de títulos de crédito particulares. Os comerciantes beneficiaram-se diretamente da situação, ao manter sua prática sob a chancela legal. Entretanto, da mesma forma que ocorreram efeitos negativos nacionalmente, a emissão de dinheiro emergencial na cidade causou consternação e requisitou a mobilização do poder público:

EDITAL. O Cidadão Arnold Grossenbacher, comissário de policia nesta cidade de Joinville. Faço saber, que tendo apparecido nesta praça nickels falsos de 200 R\$ e 500 R\$ chamo a attenção do publico para isso, e previno a qualquer que tiver recebido de vir apresentar a este commissariado de policia e fazer as declarações necessárias para ser descoberto o autor ou autores desse crime. E para conhecimento de todos se publica o presente nos jornaes desta cidade. Joinville, 22 de Abril de 1892 (EDITAL..., 1892).

Os numerários joinvilenses não possuíam muitos dispositivos que dificultavam a falsificação, já que apenas o prestígio dos comerciantes atestava sua validade. Assim, muitos falsários produziram em grande escala cópias dos títulos de crédito, o que piorava o seu controle monetário. Portanto, a única solução encontrada foi a sua proibição:

Sendo isso proibido pela Lei, emitindo a pretexto de falta de troco Vales do valor de 200 a 500 réis, que pune com a multa de quádruplo do valor de cada um que for emittido, a qual recahirá integralmente tanto sobre o que emittir, como sobre o portador, previne aos que assim estão procedendo que não façam sob pena de multa (*in* FICKER, 2008, p. 302-304).

O edital de polícia, publicado pelo comissário Arnold Grossenbacher em 1892 e reproduzido por Ficker (2008), apresentava uma proposta que seguia as diretrizes do poder central, cuja política de flexibilização já havia demonstrado ineficácia. Contudo a influência dos comerciantes em Joinville e a volta da falta de oferta de moeda causaram debates na esfera pública, conforme podemos perceber no manifesto do comércio:

Cidadão Presidente e mais membros da Camara Municipal de Joinville – O Commercio d’esta cidade reunido em sessão publica de hoje para tratar do importante assumpto de moeda miúda para troco; em vista das ordens dadas das autoridades reconhecendo que na verdade é necessário prohibir os abusos que se têm dado com a emissão de vales feita por todos que querem fazer; ao mesmo tempo reconhece que é necessário tomar qualquer providencia para não embaraçar o commercio à varejo, visto que há falta de cobre e nickel – Por isso o commercio pede a esta Camara, que reunindo-se em sessão extraordinária tome conhecimento do assumpto, fazendo por si uma emissão sufficiente de valores miúdos para atender as necessidades do publico. – Pede deferimento. P. R. M. Joinville aos 15 de Março de 1894. Assignado: Emilio Stock e mais cincoenta negociantes (STOCK, 1894).

A falta de moeda fracionada presente havia muito tempo na cidade promoveu a mobilização dos comerciantes como grupo, para obterem uma ação da Câmara Municipal. A Resolução n.º 9, de 29 de maio de 1893, ratificada em 1894, repassava ao poder municipal o controle sobre a emissão e circulação de títulos de crédito. A proposta apresentada pelos vereadores Trinks e Schneider solicitava que metade das ações a serem devolvidas do empréstimo contraído para a construção do cais do porto de Joinville fosse substituída por cupons nos valores de 100, 200 e 500 réis, pagáveis ao portador. A Câmara, em virtude do dilema monetário da cidade, decidiu substituir todo o montante, com o objetivo de sanar a falta de moeda oficial. Desse modo, os doze contos de réis foram resgatados e convertidos em títulos de emergência, que também poderiam ser trocados por moeda oficial. Pelo caráter emergencial, sua duração também era temporária, visto que em 1905 perderiam seu valor. Assim, deliberou-se fazer três contos de réis em vales de 100, seis contos de réis em vales de 200 e outros três contos de réis em vales de 500 (JOINVILLE, 1894).

Ao assumir a autoridade monetária a Intendência Municipal, em sua função executiva, ordenou as emissões por meio de uma estrutura que lhe garantia a validade de seus títulos e

também o lastro que os sustentava. Os valores arrecadados para as obras do cais do porto de Joinville limitaram a quantidade de emissões a serem feitas. Assim como os vales que não se adequavam à lei, seriam considerados falsos. Os títulos de empréstimo do Conselho Municipal de Joinville possuíam características mais complexas do que as dos vales emitidos pelos comerciantes: continham elementos de segurança e controle, como número de série e lastro, além da resolução que os garantia e da assinatura de Frederico Brüstlein, superintendente municipal. Ao emitir títulos, o poder público controlava a circulação monetária de Joinville.

Figura 3 – Título de empréstimo municipal uniface no valor de 100 réis emitido pelo Conselho Municipal de Joinville e assinado pelo superintendente Frederico Brüstlein. 1896



Fonte: FÁBRICA... (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os vales do MNIC permitem compreender diferentes realidades do desenvolvimento da cidade. Inicialmente havia as dificuldades encontradas para o estabelecimento do empreendimento colonial nas novas terras, fenômeno perceptível pelos primeiros títulos emitidos pela direção da colônia. Fartos de não obterem numerários adequados para suas operações comerciais, produziram seu dinheiro emergencial como uma forma de lidar com as dificuldades de comunicação e transporte que a infraestrutura da região ofertava.

Após o estabelecimento do empreendimento colonial, os comerciantes desenvolveram seus vales em caráter semelhante ao papel desempenhado pela direção da colônia. O sucesso do escambo como alternativa à falta de moeda ascendeu-os como grupo social de poder na sociedade.

A inserção da cidade na racionalidade organizacional do Brasil lançou Joinville no contexto adverso do país durante o encilhamento, cuja resolução requisitou uma série de movimentos de articulação política. Assim, o pacto firmado entre a iniciativa privada e o poder público, em torno dos títulos de empréstimo emitidos pelo Conselho Municipal de forma ordenada e lastreada, assegurou o controle monetário da região.

Ao apresentarem uma leitura de um momento da História de Joinville, tais vales desenvolvem grau de importância para a comunidade da cidade. Suas trajetórias contemplam importantes nomes do município e estabelecem vínculos de afeto com as origens de Joinville. Dessa forma, desenvolvem uma relação com o presente ao estarem preservados em um acervo de museu, cuja potência os aciona e utiliza como suportes de uma determinada narrativa de memória.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Moeda e banco no século XIX: historiografia e fontes brasileiras. **Boletín de Fuentes – América Latina en la Historia Económica**, México, v. 3, p. 91-97, 1995.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto n.º 165, de 17 de janeiro de 1890**. Dispõe sobre a organização de bancos de emissão. Rio de Janeiro, 1890. Legislação informatizada. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-165-17-janeiro-1890-502656-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto n.º 3.403, de 24 de novembro de 1888**. Dispõe sobre a permissão para as companhias anônimas, que se propuserem a fazer operações bancárias, emitir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e à vista, convertíveis em moeda corrente. Rio de Janeiro, 1888. Legislação informatizada. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3403-24-novembro-1888-542102-publicacaooriginal-49437-pl.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

CUNHA, Dilney Fermino. **Suíços em Joinville: o duplo desterro**. Joinville: Letradágua, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Letradágua, 2008.

MNIC – MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE JOINVILLE. **Acervo do Museu de Imigração de Joinville ficará disponível na internet**. 2012. Disponível em: <http://museudeimigracao.blogspot.com.br/2012/11/acervo-do-museu-de-imigracao.html>. Acesso em: 7 fev. 2018.

PAVANELLO, Laércio José. **Ferramentas, fumo, farinha...** um estudo sobre o patrimônio comercial de Joinville. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: [s.n.], 1997.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Anpocs, p. 3-55, 1988.

SILVA JUNIOR, Amaury Fernandes da. **Uma etnografia do dinheiro: os projetos gráficos de papel-moeda no Brasil após 1960**. 2008. 337 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. **Álbum histórico do centenário de Joinville: 1851 – 9 de março – 1951**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951.

Documentais

EDITAL de 22 de abril de 1892. **Kolonie-Zeitung**, Joinville, p. 4, 3 maio 1892.

EXTRATO da ata da sessão ordinária da Intendência Municipal – 18 de janeiro de 1892. **Kolonie-Zeitung**, Joinville, p. 3, 28 jan. 1892.

FÁBRICA DE SOFTWARE UNIVILLE. **Museu Virtual Joinville**. App. Versão 1.0. Joinville, 3 ago. 2016. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.edu.univille.museuvirtual&hl=pt_br. Acesso em: 19 abr. 2019.

JOINVILLE. Intendência Municipal. **Deliberação tomada pela Intendência Municipal de Joinville em 27 de mar. 1894**. [Dispõe sobre a emissão de cupons em nome da Intendência Municipal de Joinville]. Livro Ata da Intendência Municipal de Joinville – 1893-1895. Acervo do AHJ.

STOCK, Emílio. [**Correspondência**]. Destinatário: Câmara Municipal de Joinville. Joinville, 15 mar. 1894. Acervo do AHJ.